



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2012



Município de Ibirama

Data de Fundação – 11/03/1934

População: 17.561 habitantes (IBGE - 2012)

PIB: 252,16 (em milhões)
(IBGE - 2010)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	17
4.1. Situação Patrimonial	17
4.2. Análise do resultado financeiro	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	19
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	22
5.1. Saúde	22
5.2. Ensino	24
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	24
5.2.2. FUNDEB	26
5.2.3. Limite mínimo de 20% em gastos com o Ensino Superior em relação ao limite de 25%, no mínimo, da receita proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Art. 172, Parágrafo Único da Lei Orgânica)	29
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	30
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	30
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	31
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	33
6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	35
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	37
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF	40
9. RESTRIÇÕES APURADAS	44
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012	45
CONCLUSÃO	46
ANEXO	48
APÊNDICE	49

PROCESSO	PCP 13/00404440
UNIDADE	Município de Ibirama
RESPONSÁVEL	Sr. Duílio Gehrke - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2012
RELATÓRIO N°	2921/2013

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Ibirama, relativas ao exercício de 2012.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2012 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Ibirama, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 19/09/2013.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A colonização de Ibirama começou em 08 de dezembro de 1897, com a chegada da primeira leva de imigrantes alemães. A ocupação do território ficou a cargo da Sociedade Colonizadora Hanseática, criada na Alemanha para supervisionar as migrações para o Brasil. Uma expedição chefiada pelo diretor da Sociedade, Alfred Sellin, fundou a sede da colônia, que foi batizada Hamônia. A emancipação da colônia ocorreu em 11 de março de 1934. O nome foi trocado para Dalbérgia. Em 1943, trocou de nome novamente e passou a chamar-se Ibirama, que na linguagem indígena significa “Terra da Fartura”. Ibirama já teve a base de sua economia na extração vegetal e na agropecuária de subsistência. Considerada por muitos como a Suíça Catarinense, atualmente trabalha para atrair novos investimentos. Em 1997, ao completar 100 anos, Ibirama ergueu o Monumento ao Centenário, em homenagem às pessoas que ajudaram a construir a cidade. Nele estão esculpidas as figuras do índio, do imigrante desbravador, do agricultor e do operário. Ibirama foi sede da primeira reserva indígena do País - a reserva de Duque de Caxias, que inclui hoje os municípios de José Boiteux e Victor Meirelles, abrigando 1.300 índios das etnias kaingang, xokleng e guarani - e é sede da maior fábrica de brinquedos do Estado, a Saxônia, fundada em 1949 e que produz 45.000 peças mensais.

O Município de Ibirama tem uma população estimada em 17.561² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 252.162.259,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 14.540,55, considerando uma população estimada em 2010 de 17.342 habitantes.

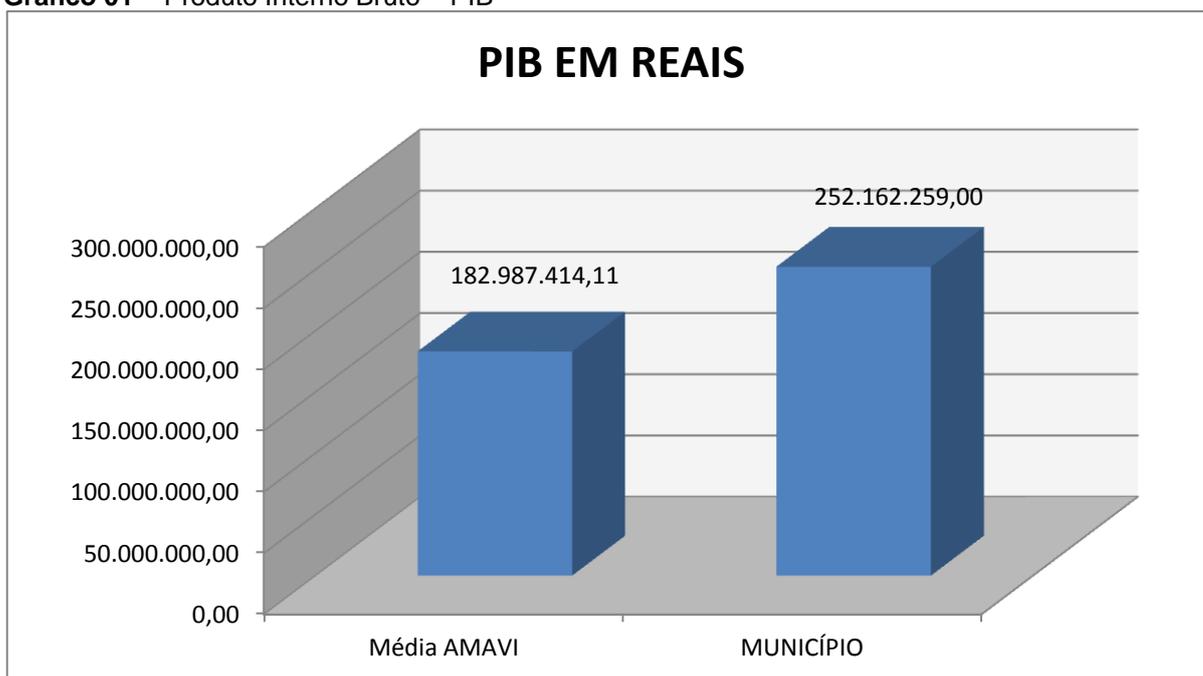
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2012

³ PNUD - 2010

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2010

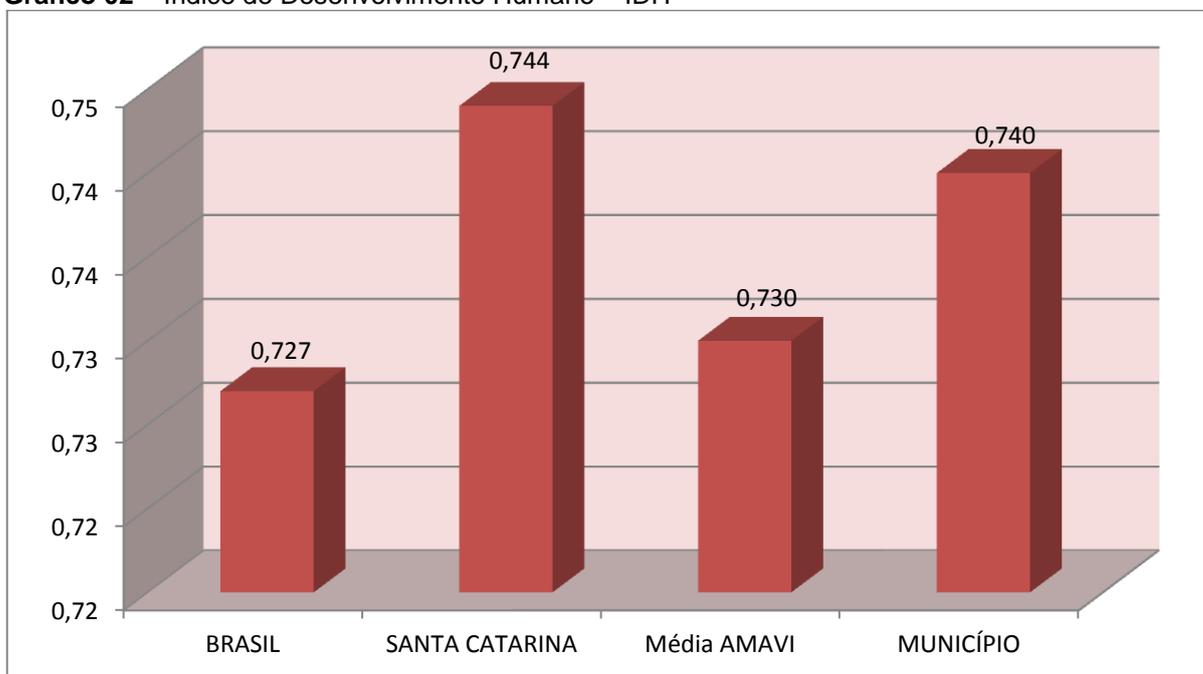
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Ibirama encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	40.382.000,00
PPA	2647/2009	22/07/2009		
LDO	2850/2011	21/09/2011	DESPESA FIXADA	40.382.000,00
LOA	2870/2011	25/10/2011		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 908.358,68**, correspondendo a **2,27%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 908.358,68, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 877.073,11 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 31.285,57.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 2.298.527,67), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2012

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	40.382.000,00	39.941.559,32	98,91
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	48.653.629,21	40.849.918,00	83,96
Déficit de Execução Orçamentária		908.358,68	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A receita foi apurada conforme Anexo 13 (fl. 92), vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro e o resultado da execução orçamentária refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 174.210,01.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Ibirama nos últimos 5 anos:

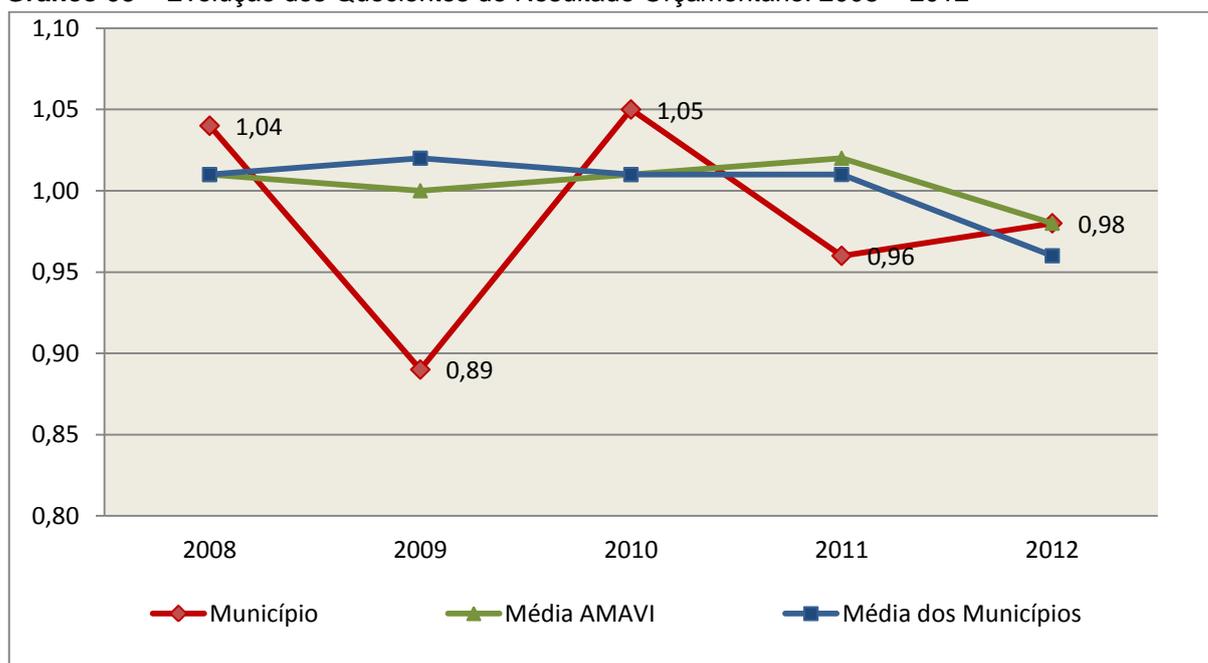
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2008-2012

ITENS / ANO		2008	2009	2010	2011	2012
1	Receita realizada	24.374.051,42	26.779.306,88	29.749.613,43	31.151.484,36	39.941.559,32
2	Despesa executada	23.388.604,91	30.153.770,23	28.364.153,59	32.503.423,84	40.849.918,00
QUOCIENTE		2008	2009	2010	2011	2012
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,04	0,89	1,05	0,96	0,98

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 39.941.559,32**, equivalendo a **98,91%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

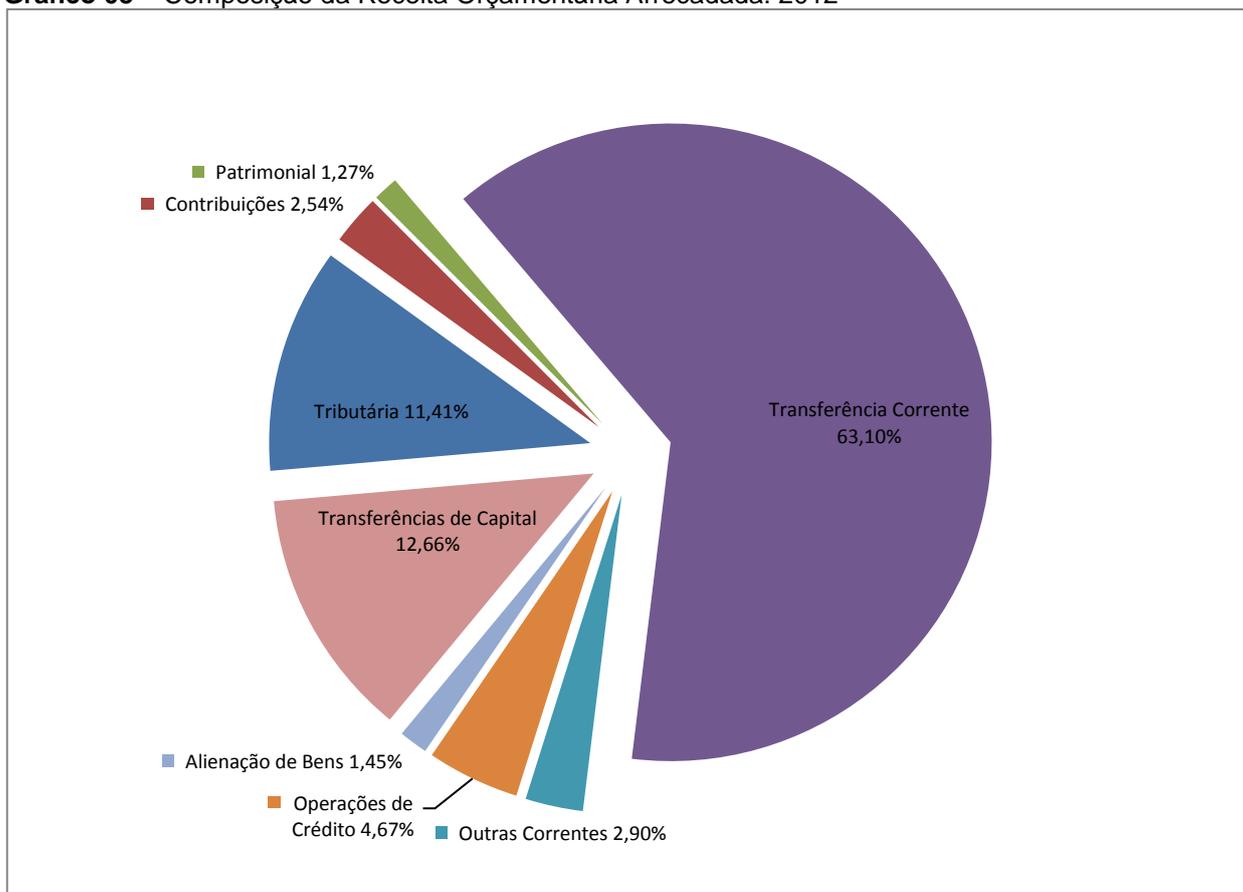
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2012

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	4.085.000,00	4.557.847,63	111,58
Receita de Contribuições	1.020.000,00	1.012.718,22	99,29
Receita Patrimonial	875.000,00	508.154,86	58,07
Receita Agropecuária	15.000,00	-	-
Transferências Correntes	24.417.000,00	25.202.788,67	103,22
Outras Receitas Correntes	1.550.000,00	1.159.797,02	74,83
RECEITA CORRENTE	31.962.000,00	32.441.306,40	101,50
Operações de Crédito	3.900.000,00	1.864.040,49	47,80
Alienação de Bens	130.000,00	579.022,00	445,40
Transferências de Capital	4.390.000,00	5.057.190,43	115,20
RECEITA DE CAPITAL	8.420.000,00	7.500.252,92	89,08
TOTAL DA RECEITA	40.382.000,00	39.941.559,32	98,91

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A receita foi apurada conforme Anexo 13 (fl. 92).

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2012

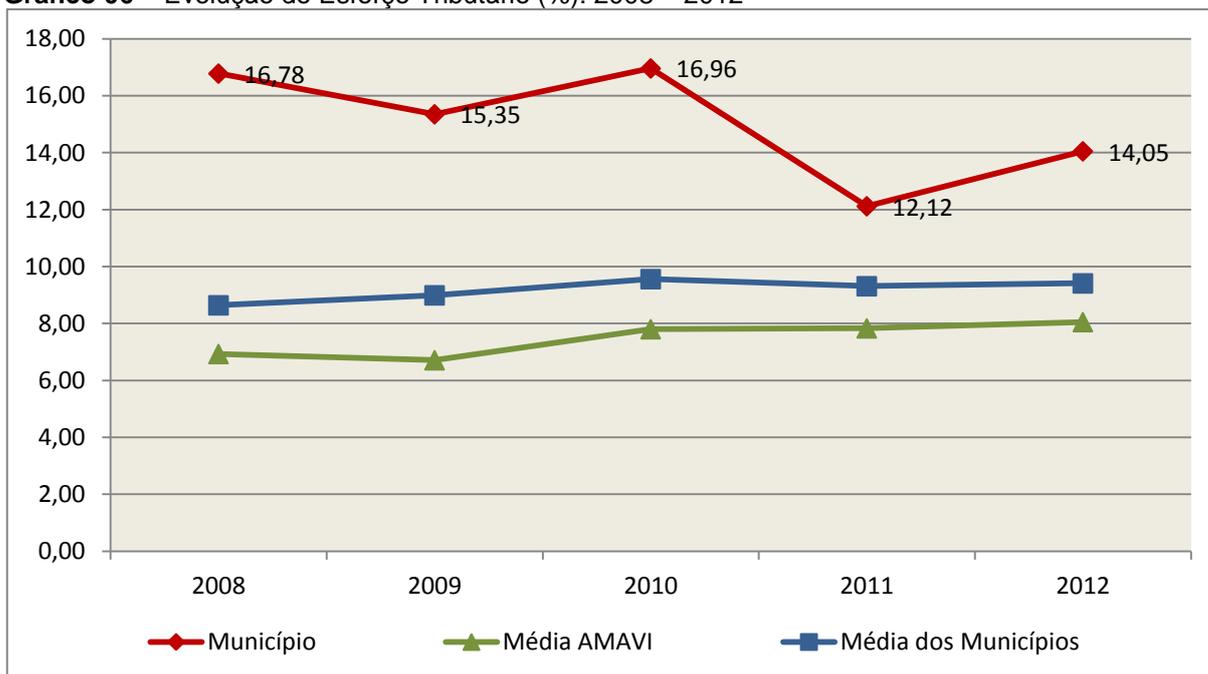


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **63,10%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2008 – 2012

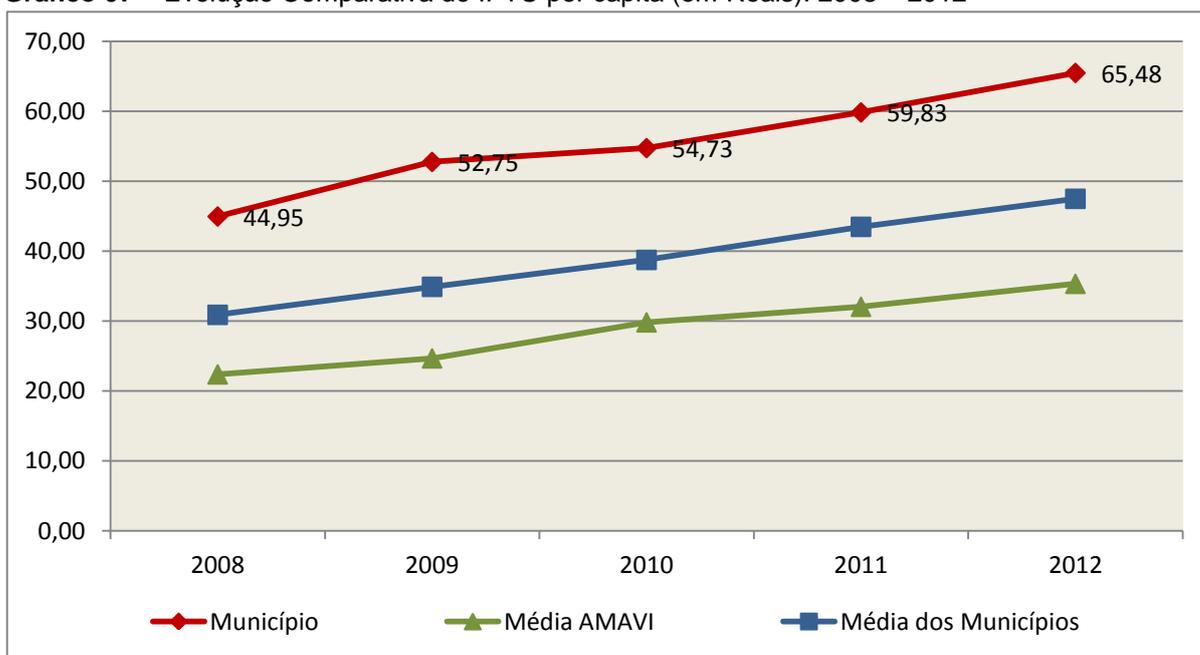


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

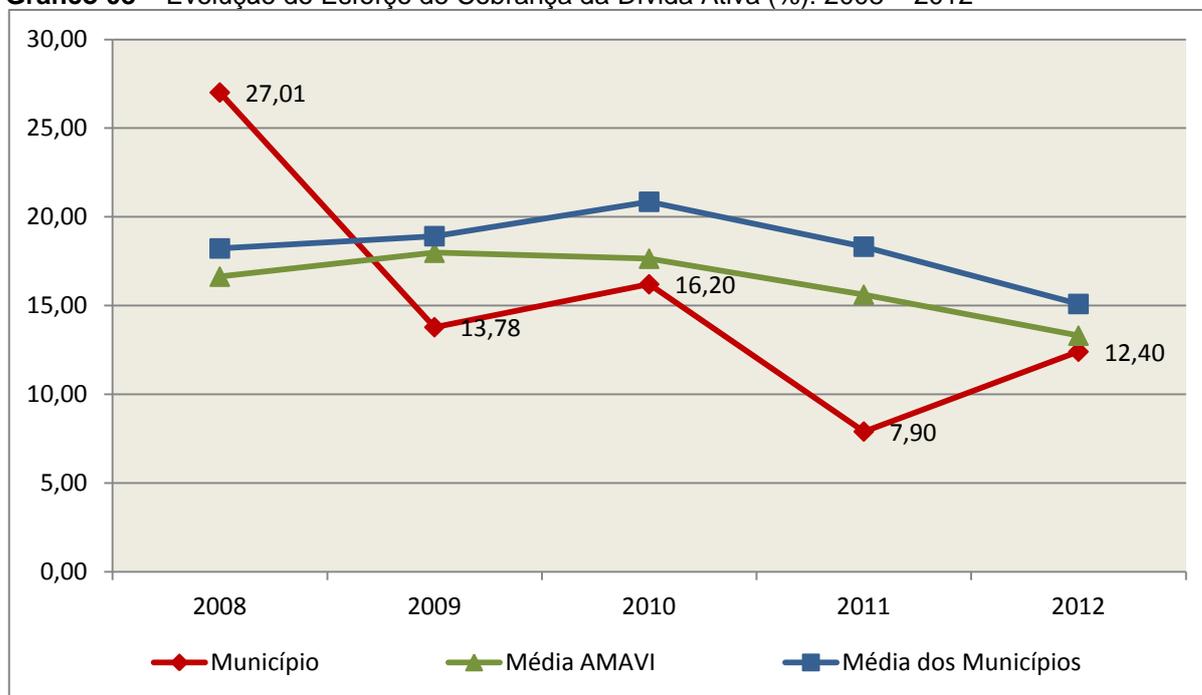
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2012

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
2.865.530,72	0,00	1.336.073,57	0,00	355.345,61	0,00	3.846.258,68

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2012

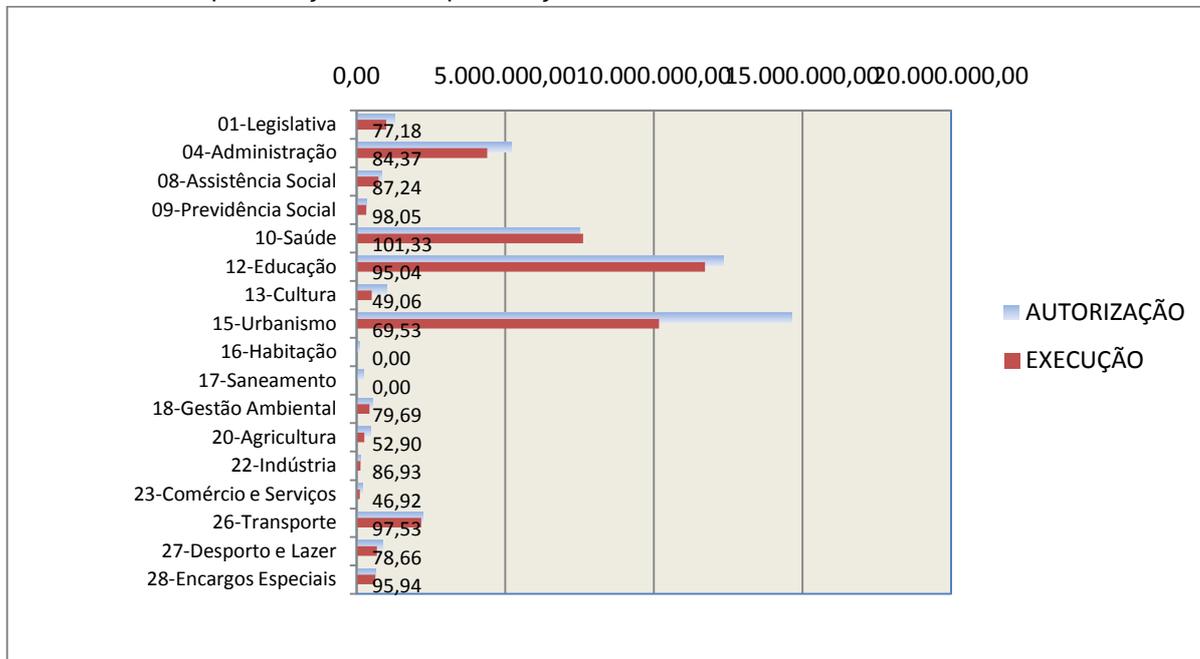
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	1.290.000,00	995.669,86	77,18
04-Administração	5.202.800,00	4.389.574,58	84,37
08-Assistência Social	843.250,95	735.617,01	87,24
09-Previdência Social	330.000,00	323.563,16	98,05
10-Saúde	7.515.435,00	7.615.542,10	101,33
12-Educação	12.326.843,26	11.714.975,23	95,04
13-Cultura	1.030.000,00	505.357,19	49,06
15-Urbanismo	14.632.050,00	10.174.275,33	69,53
16-Habitação	100.000,00	-	-
17-Saneamento	250.000,00	-	-
18-Gestão Ambiental	537.500,00	428.348,45	79,69
20-Agricultura	480.000,00	253.923,32	52,90
22-Indústria	150.000,00	130.393,07	86,93
23-Comércio e Serviços	220.000,00	103.220,68	46,92
26-Transporte	2.229.750,00	2.174.654,84	97,53
27-Desporto e Lazer	866.000,00	681.210,69	78,66
28-Encargos Especiais	650.000,00	623.592,49	95,94
TOTAL DA DESPESA	48.653.629,21	40.849.918,00	83,96

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2012



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2008 – 2012

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2008	2009	2010	2011	2012
01-Legislativa	530.874,29	769.454,10	837.900,06	936.214,87	995.669,86
04-Administração	2.724.530,35	3.361.812,02	3.396.537,22	3.829.633,00	4.389.574,58
08-Assistência Social	596.818,29	474.737,24	538.578,83	665.300,45	735.617,01
09-Previdência Social	195.514,96	240.591,82	260.819,22	300.229,66	323.563,16
10-Saúde	4.832.646,00	5.700.838,19	6.502.078,44	6.683.581,78	7.615.542,10
12-Educação	7.321.380,30	6.411.304,43	7.095.720,40	9.005.709,71	11.714.975,23
13-Cultura	442.610,67	3.883.605,01	1.136.033,21	1.016.684,08	505.357,19
15-Urbanismo	2.792.651,03	3.777.407,03	4.141.352,96	5.754.259,51	10.174.275,33
17-Saneamento	-	99.480,00	-	-	-
18-Gestão Ambiental	316.753,83	239.244,06	230.663,37	231.745,02	428.348,45
20-Agricultura	357.077,41	581.544,47	214.728,22	196.206,07	253.923,32
22-Indústria	209.884,43	272.642,72	145.044,96	163.914,26	130.393,07
23-Comércio e Serviços	17.974,41	44.765,89	180.725,79	300.800,57	103.220,68

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2008	2009	2010	2011	2012
26-Transporte	2.033.878,33	2.870.539,29	1.505.975,90	2.011.896,41	2.174.654,84
27-Desporto e Lazer	591.048,90	722.040,94	1.088.815,85	694.239,36	681.210,69
28-Encargos Especiais	424.961,71	703.763,02	1.089.179,16	713.009,09	623.592,49
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	23.388.604,91	30.153.770,23	28.364.153,59	32.503.423,84	40.849.918,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2012

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	1.149.824,09	5,37
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.410.490,28	6,59
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	487.117,10	2,28
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	310.201,53	1,45
Cota do ICMS	5.905.284,44	27,60
Cota-Parte do IPVA	1.357.540,79	6,34
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	95.051,63	0,44
Cota-Parte do FPM	10.273.341,87	48,01
Cota do ITR	5.160,75	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	30.365,30	0,14
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	269.302,10	1,26
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	102.841,97	0,48
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	21.396.521,85	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2012

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	35.890.537,78
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	3.449.231,38
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	32.441.306,40

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Ibirama (em Reais): 2011 – 2012

ATIVO	2011	2012	PASSIVO	2011	2012
Financeiro	4.483.894,83	2.713.163,91	Financeiro	2.185.367,16	1.148.784,91
Disponível	4.477.173,91	2.706.442,99	Depósitos	102.227,33	51.818,73
Bancos Conta Movimento	2.863.970,38	1.186.350,87	Depósitos de Diversas Origens	102.227,33	51.818,73
Bancos Conta Vinculada	184.541,96	426.793,83	Restos a Pagar	2.083.139,83	1.096.966,18
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	235.056,04	279.621,85	Obrigações a Pagar	2.083.139,83	1.096.966,18
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	1.193.605,53	813.676,44			
Realizável	6.720,92	6.720,92			
Valores Pendentes a Curto Prazo	6.720,92	6.720,92			
Permanente	28.646.569,44	33.261.249,14	Permanente	866.626,47	2.269.684,84
Dívida Ativa	2.865.530,72	3.846.258,68	Dívida Fundada	726.946,87	2.269.684,84
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	2.865.530,72	3.846.258,68	Débitos Consolidados	139.679,60	-
			Dívidas Renegociadas	139.679,60	-

ATIVO	2011	2012	PASSIVO	2011	2012
Imobilizado	25.781.038,72	29.414.990,46	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Bens Móveis e Imóveis	25.781.038,72	29.414.990,46	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Bens Imóveis	14.018.472,89	16.945.765,27			
Bens Móveis	11.762.565,83	12.469.225,19			
ATIVO REAL	33.130.464,27	35.974.413,05	PASSIVO REAL	3.051.993,63	3.418.469,75
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	30.078.470,64	32.555.943,30
			Ativo Real Líquido	30.078.470,64	32.555.943,30
TOTAL	33.130.464,27	35.974.413,05	TOTAL	33.130.464,27	35.974.413,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 1.564.379,00** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,42** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 734.148,67** passando de um Superávit de **R\$ 2.298.527,67** para um Superávit de **R\$ 1.564.379,00**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 1.456.584,01**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2011 - 2012

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	4.483.894,83	2.713.163,91	-1.770.730,92
Passivo Financeiro	2.185.367,16	1.148.784,91	-1.036.582,25
Saldo Patrimonial Financeiro	2.298.527,67	1.564.379,00	-734.148,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2008 – 2012

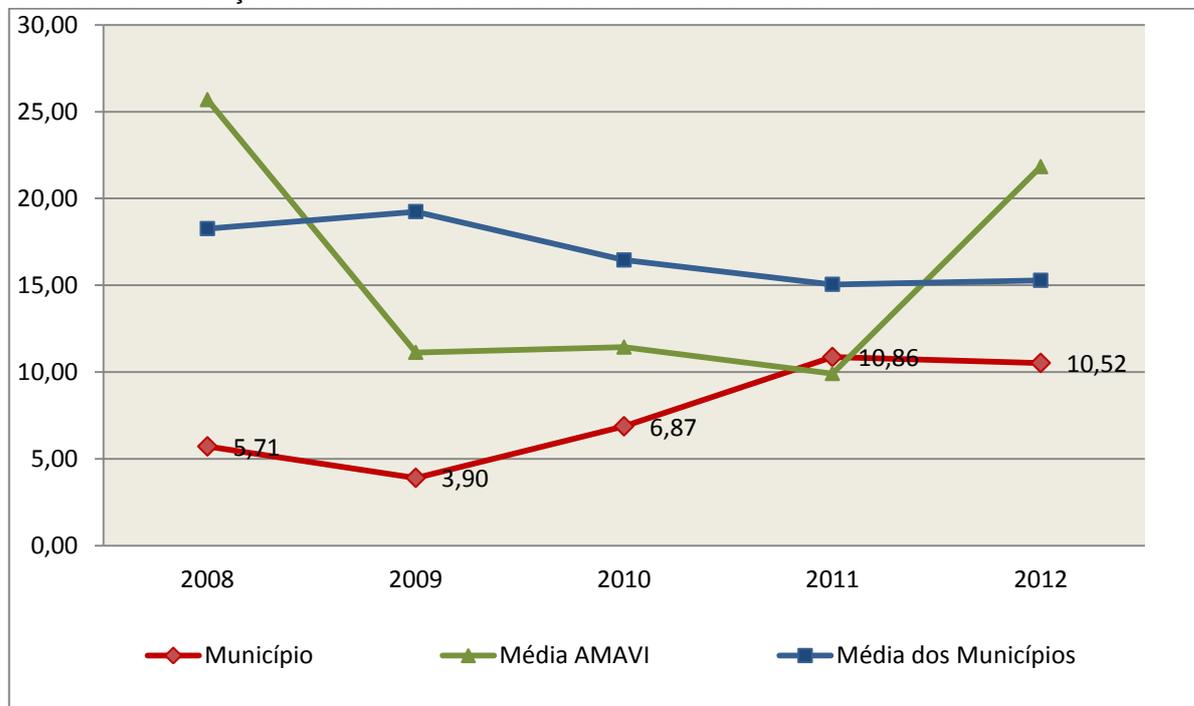
ITENS / ANO	2008	2009	2010	2011	2012
1 Despesa Executada	23.388.604,91	30.153.770,23	28.364.153,59	32.503.423,84	40.849.918,00
2 Restos a Pagar	2.275.131,34	4.968.894,83	2.922.849,81	2.083.139,83	1.096.966,18
3 Ativo Financeiro Ajustado	7.809.434,64	6.886.087,97	6.331.894,17	4.483.894,83	2.713.163,91
4 Passivo Financeiro Ajustado	2.698.862,18	5.102.702,14	3.075.465,10	2.185.367,16	1.148.784,91
5 Ativo Real	23.119.109,01	28.647.338,04	30.782.799,01	33.130.464,27	35.974.413,05
6 Passivo Real	4.051.802,92	7.346.189,32	4.482.403,19	3.051.993,63	3.418.469,75
QUOCIENTES	2008	2009	2010	2011	2012
Resultado Patrimonial (5÷6)	5,71	3,90	6,87	10,86	10,52
Situação Financeira (3÷4)	2,89	1,35	2,06	2,05	2,36
Restos a Pagar (2÷1)*100	9,73	16,48	10,30	6,41	2,69

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2008 – 2012



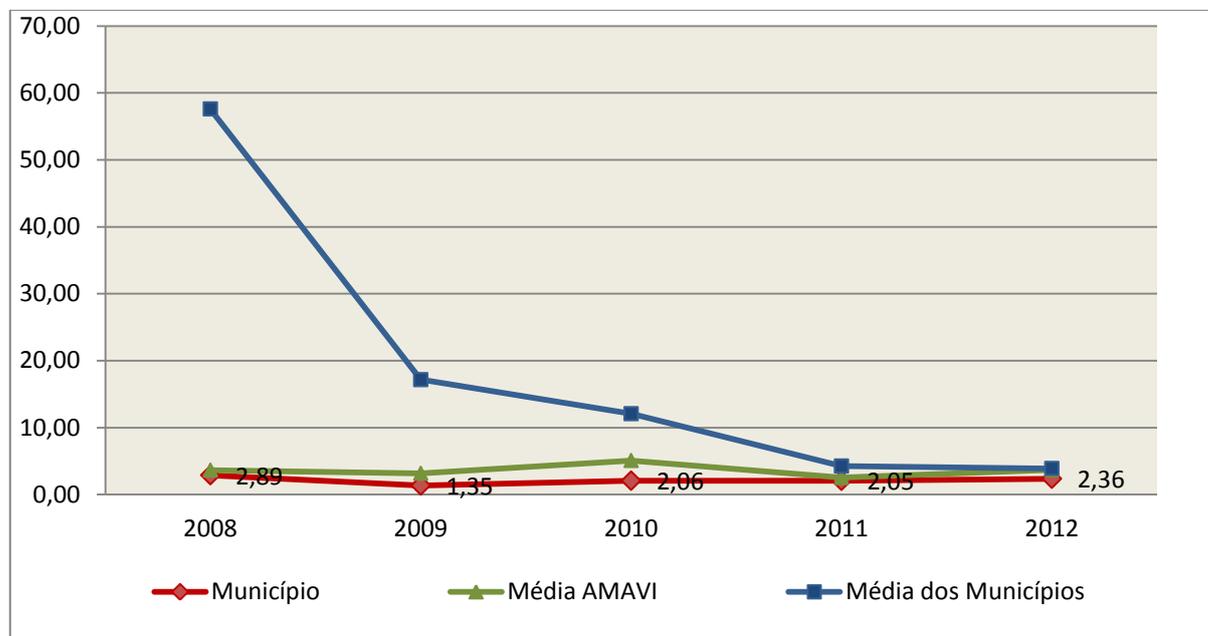
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2012 o Ativo Real apresenta-se **10,52** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

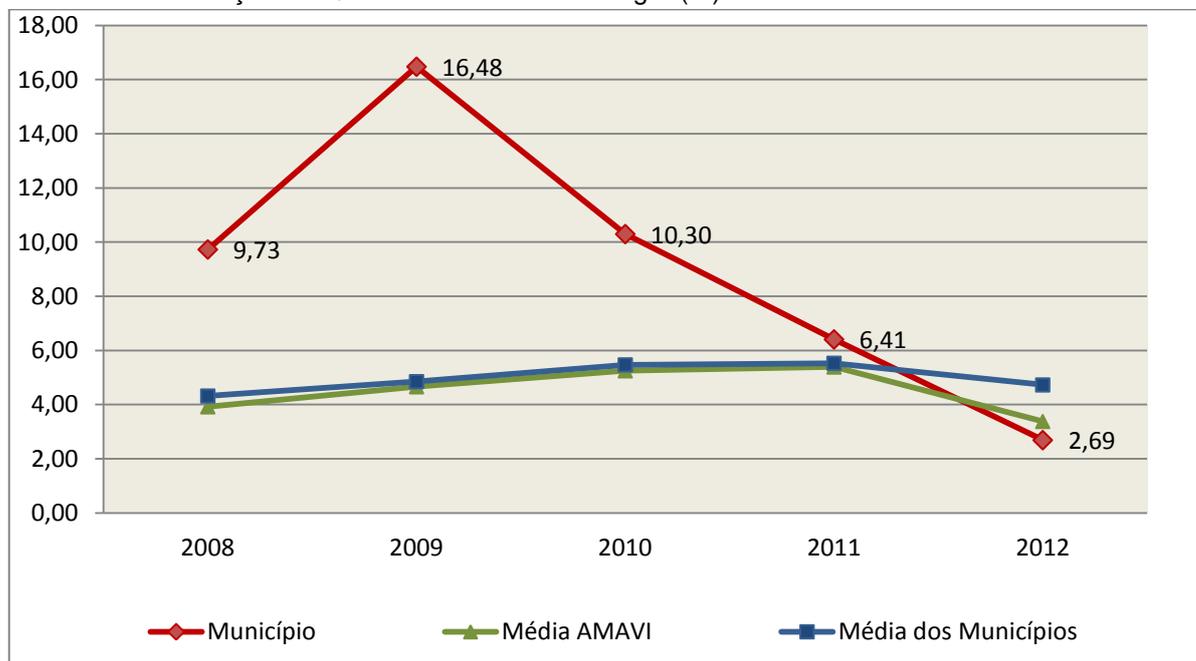
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2012 o Ativo Financeiro representa **2,36** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Ibirama é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **2,69%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2012 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.115.283,34** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **19,23%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 905.805,06**, representando **4,23%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2012

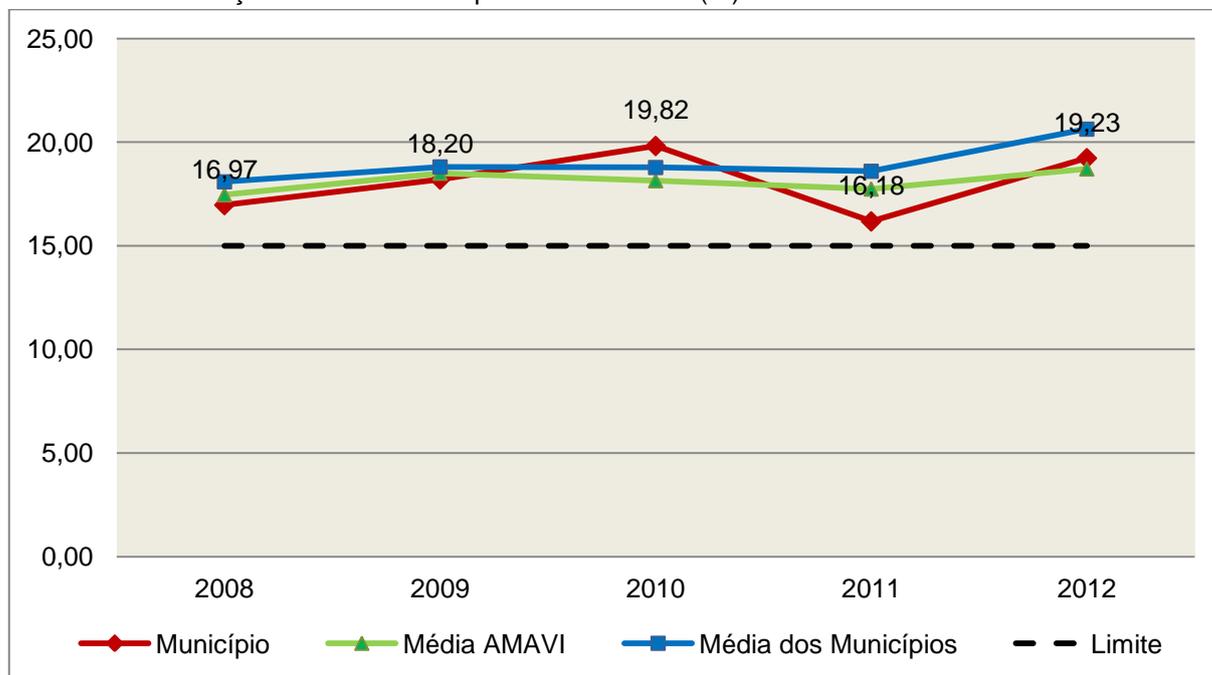
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	21.396.521,85	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.615.542,10	35,59
Atenção Básica	7.615.542,10	35,59
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	3.500.258,76	16,36
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	4.115.283,34	19,23
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.209.478,28	15,00
Valor Acima do Limite	905.805,06	4,23

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ibirama em 2012 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2012) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 5.627.051,06** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,30%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 277.920,60**, representando **1,30%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2012

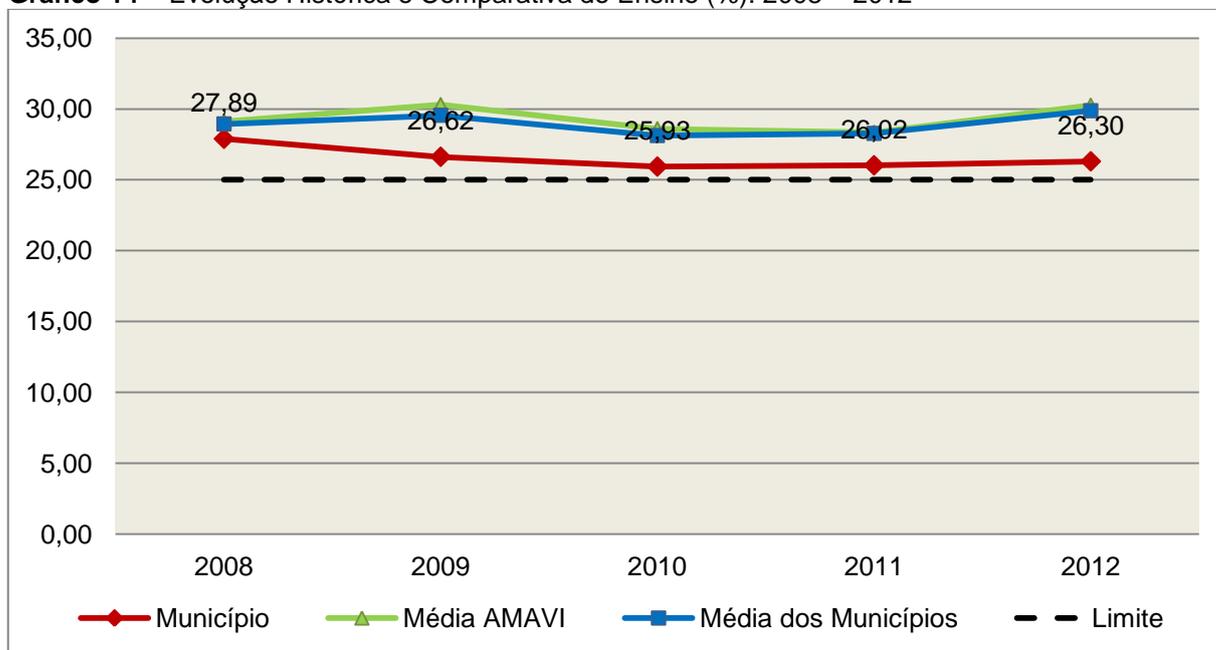
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	21.396.521,85	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	4.293.476,89	20,07
Educação Infantil	4.293.476,89	20,07
Valor Aplicado Ensino Fundamental	6.722.881,25	31,42
Ensino Fundamental	6.722.881,25	31,42
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	3.325.486,71	15,54
(-) Ganho com FUNDEB	2.049.920,54	9,58
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.899,83	0,06
Total das Despesas para efeito de Cálculo	5.627.051,06	26,30
Valor Mínimo a ser Aplicado	5.349.130,46	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	277.920,60	1,30

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ibirama em 2012 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 3.672.696,13**, equivalendo a **66,62%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

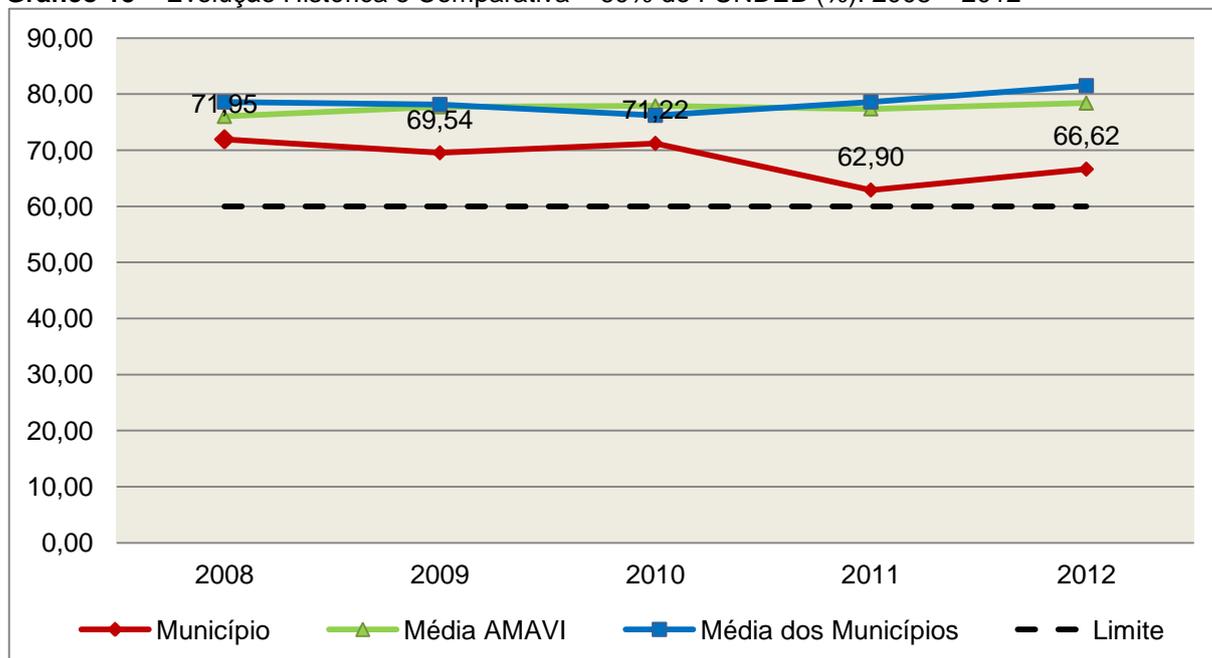
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	5.499.151,92
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	13.899,83
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	5.513.051,75
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	3.307.831,05
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	3.672.696,13
Valor Acima do Limite	364.865,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 5.438.275,58**, equivalendo a **98,64%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2012

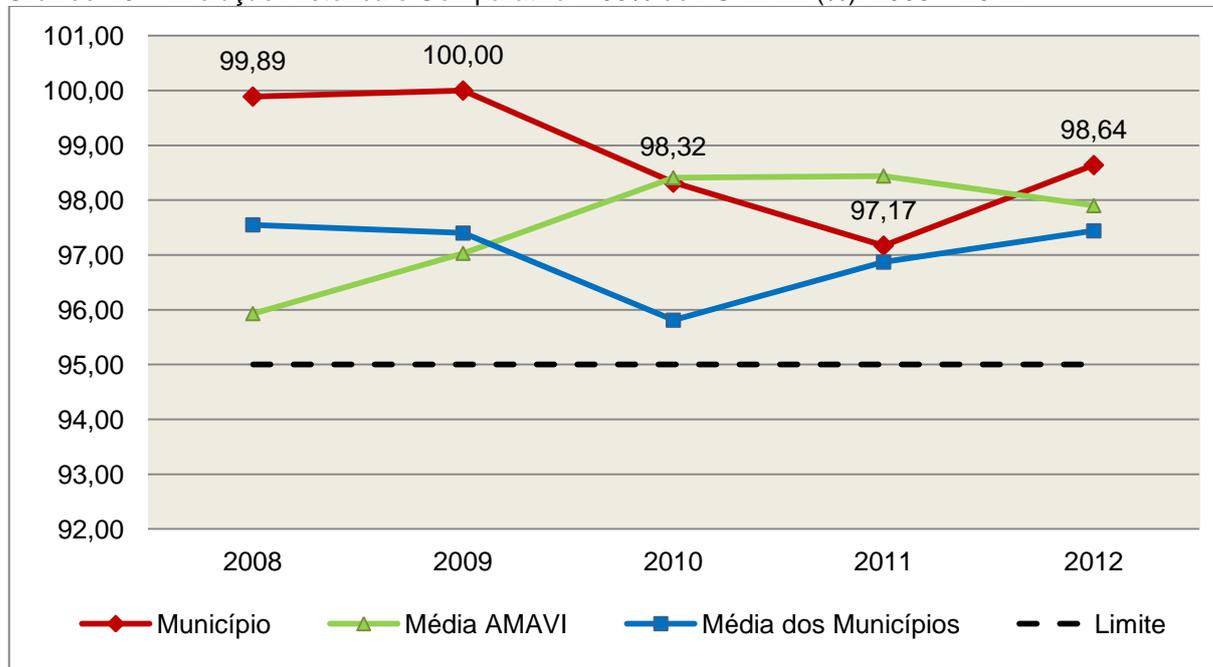
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	5.513.051,75
95% dos Recursos do FUNDEB	5.237.399,16
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	5.438.275,58
Valor Acima do Limite	200.876,42

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Ibirama ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, parcialmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB no valor de **R\$ 125.049,58**, quando o saldo total era de **R\$ 133.868,29**, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2012: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2012	76.508,31
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	1.732,14
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	74.776,17

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.2.3. Limite mínimo de 20% em gastos com o Ensino Superior em relação ao limite de 25%, no mínimo, da receita proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Art. 172, Parágrafo Único da Lei Orgânica)

Limite: mínimo de 20% (vinte por cento) do montante dos recursos de que trata o caput do artigo 172, Parágrafo Único, da Lei Orgânica (mínimo de 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino), em despesas com o Ensino Superior.

A apuração das despesas com o Ensino Superior pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro - Apuração das Despesas com Ensino Superior: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	21.396.521,85	100,00
25% da Receita de Impostos	5.349.130,46	25,00
Valor aplicado no Ensino Superior (12.364) (5,57% em relação ao limite de 25% da receita proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências)	297.737,84	5,57
Valor Mínimo a ser Aplicado (20% em relação ao limite de 25% da receita proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências)	1.069.826,09	20,00
Valor abaixo do Limite (14,43% em relação ao limite de 25% da receita proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências)	772.088,25	14,43

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Apurou-se que o Município realizou despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino Superior no valor de **R\$ 297.737,84**, representando **5,57%** do montante correspondente a 25% da receita provenientes de impostos, compreendida a proveniente de transferências (**R\$ 5.349.130,46**), quando o percentual previsto na Lei Orgânica do Município de **20,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 1.069.826,09**, configurando, portanto, aplicação a menor de **R\$ 772.088,25** ou **14,43%**, **DESCUMPRINDO** o disposto no artigo 172, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município (vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório).

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	32.441.306,40	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	19.464.783,84	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	16.014.947,49	49,37
Pessoal e Encargos	16.014.947,49	49,37
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	808.156,86	2,49
Pessoal e Encargos	808.156,86	2,49
Total das deduções das despesas com pessoal*	177.822,30	0,55
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	16.645.282,05	51,31
Valor Abaixo do Limite (60%)	2.819.501,79	8,69

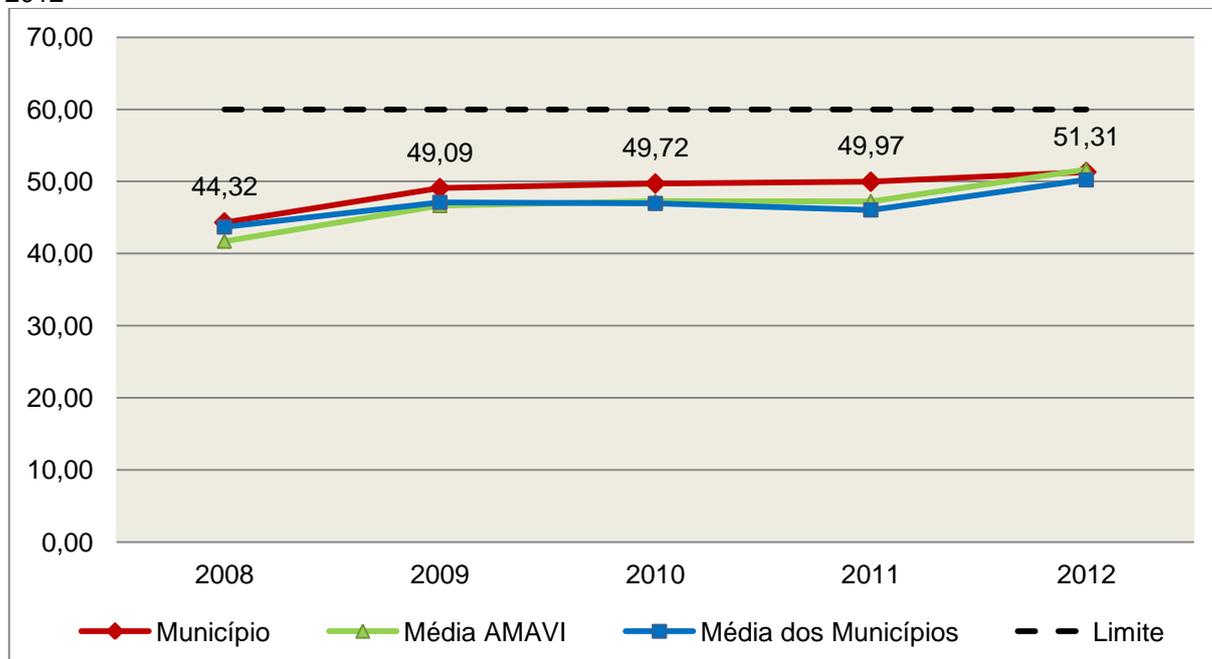
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **51,31%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Ibirama, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	32.441.306,40	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.518.305,46	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	16.014.947,49	49,37
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	177.822,30	0,55
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	15.837.125,19	48,82
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.681.180,27	5,18

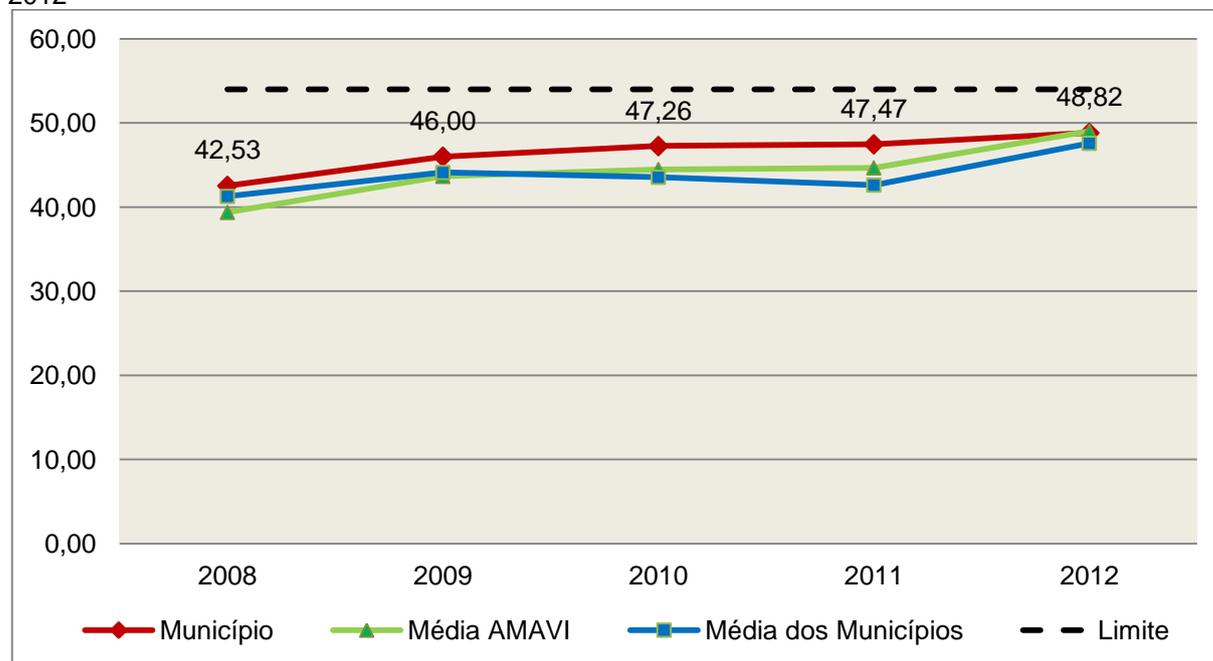
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **48,82%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	32.441.306,40	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.946.478,38	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	808.156,86	2,49
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	808.156,86	2,49
Valor Abaixo do Limite (6%)	1.138.321,52	3,51

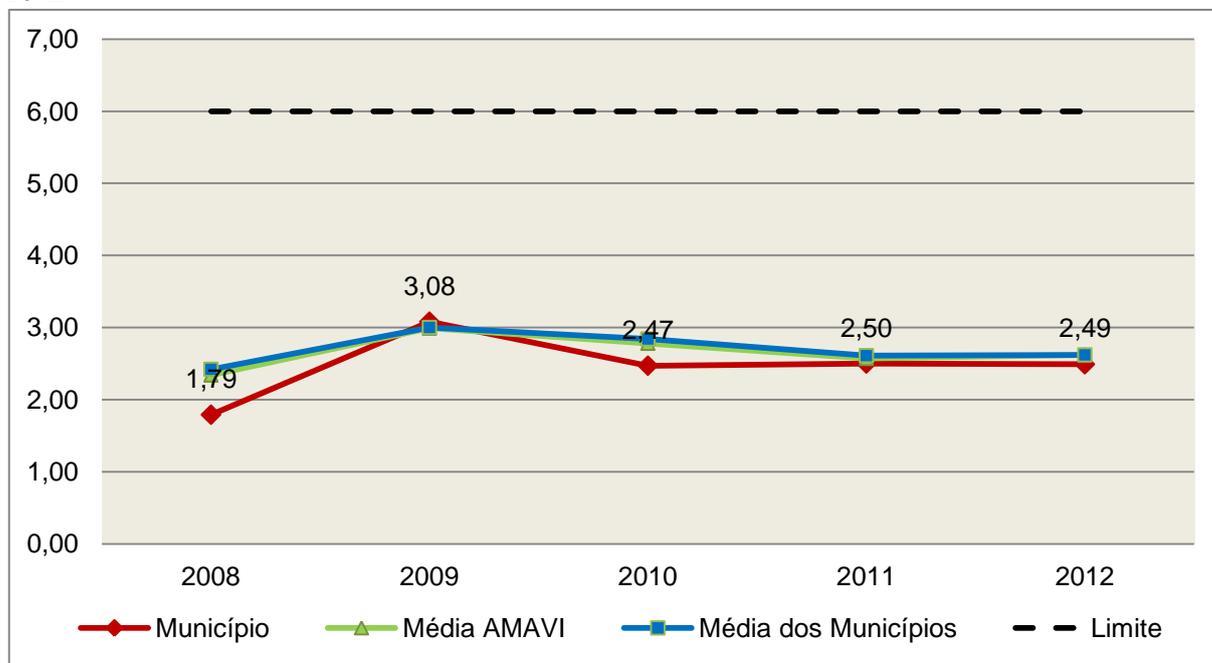
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,49%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Ibirama, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 56.131,06) representa 0,17% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 32.238.706,04).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 116-137, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 128-131;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Fundo Municipal de Assistência Social, conforme fls. 132.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Ibirama**, com base na população estimada quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor (População de 17.328 habitantes, IBGE – 2008), acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei inicia-se no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Ibirama** possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira, salientado-se que a divulgação desses dados, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010, passou a ser obrigatória a partir de maio de 2013.

8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011, que "aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;

b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

c) destinação vinculada: são códigos que especificam a vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, de acordo com suas finalidades. Ex.: convênios e operações de crédito;

d) destinação ordinária: são códigos em que a alocação entre a origem e aplicação de recursos é livre. Ex.: receita de taxas e impostos.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

e) Para a disponibilidade de caixa: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas Financeiras do Ativo Financeiro (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2012, os quais necessariamente devem ser aqueles utilizados para abertura do exercício seguinte.

No caso específico das contas do exercício de 2012, considerando a implementação de "conta corrente específica" no sistema e_sfinge para discriminação das fontes a partir de 2013, foi efetuada conferência entre os dados de encerramento do exercício de 2012 e de abertura do exercício de 2013, utilizando-se sempre os valores de coincidiam com o Ativo Financeiro.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto no Sistema Financeiro como no Sistema Compensado, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

f) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2012 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2012) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2012.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2012 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo Financeiro), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo Financeiro, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercícios".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

1) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2012, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

2) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2012, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a dada da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

3) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2012 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

4) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2012, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: auditorias; respostas dos ofícios circulares n.º 7.020/2013, 7.021/2013 e 7.022/2013; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de **Ibirama**, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 20 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Não Cumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.057,63	Cumpriu
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 0,00	76.508,31	Cumpriu
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 76.508,31		
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.267.834,32	Cumpriu
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	-24.169,70	Não Cumpriu
58 - Salário Educação	153.860,22	Cumpriu
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2.574,24	Cumpriu
64 - Atenção Básica	658,97	Cumpriu
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	41.895,77	Cumpriu
66 - Vigilância em Saúde	730,59	Cumpriu

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Não Cumpriu
67 - Assistência Farmacêutica Básica	25.638,55	Cumpriu
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	20.224,91	Cumpriu
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-24.169,70	
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	1.036.582,12	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.196,43	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	15.452,52	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.055.231,07	Cumpriu

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias e resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior (Quadro 20), verificou-se que o Poder Executivo do Município de IBIRAMA contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS VINCULADAS à Fonte de Recursos FR 52, no montante de R\$ 24.169,70, ressaltando que a referida insuficiência foi totalmente absorvida pela disponibilidade líquida de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS, no valor de R\$ 1.055.231,07, desta forma, conclui-se pelo cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Aplicação parcial no valor de **R\$ 125.049,58**, no primeiro trimestre de 2012, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 133.868,29**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

- 9.1.2 Despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino Superior no valor de **R\$ 297.737,84**, representando **5,57%** do montante correspondente a 25% da receita proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências (**R\$ 5.349.130,46**), quando o percentual previsto na Lei Orgânica do Município de **20,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 1.069.826,09**, configurando, portanto, aplicação a menor de **R\$ 772.088,25** ou **14,43%**, em descumprimento ao disposto no artigo 172, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município (item 5.2.3).
- 9.1.3 Remessa indevida das Informações no Sistema e-Sfinge ocasionando divergências entre os Anexos 10, 13 e 15 gerados através do referido Sistema, contrariando o disposto no artigo 85 da Lei nº da 4.320/64 c/c artigo 1º, da Instrução Normativa n. TC 04/2004 e artigo 20 da Resolução n. TC 16/94, alterado pela Resolução n. TC 077/2013 (fls. 37/42, 92, 94/98).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 908.358,68
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 1.564.379,00
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	19,23%
4.2) Ensino	25,00%	26,30%
4.3) FUNDEB	60,00%	66,62%
	95,00%	98,64%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	51,31%
b) Poder Executivo	54,00%	48,82%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,49%
4.5) Art. 42 da L.C. 101/00	CUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2012 do Município de Ibirama**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas, respectivamente, nos itens **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 19/09/2013.

INES SALETE BALESTRIN
Auxiliar de Atividades Administrativas
e de Controle Externo

LÚCIA HELENA GARCIA
Auditora Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 9

De Acordo

Em 19/09/2013.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.432.251,78
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	64.993,01
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	3.013,97
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	3.500.258,76

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	756.265,65
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	271.650,25
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	13.240,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	2.193.110,53
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	83.065,48
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	8.154,80
Total das deduções das despesas com Educação Básica	3.325.486,71

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	177.822,30
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	177.822,30
Total das deduções das despesas com pessoal	177.822,30

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	5.499.151,92
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	13.899,83
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2012	76.508,31
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	1.732,14
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2012	5.438.275,58

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
64 - Atenção Básica	2012	301	1.991.533,98	1.991.533,98	1.991.533,98
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2012	301	1.252.674,94	1.252.674,94	1.252.674,94
66 - Vigilância em Saúde	2012	301	46.472,96	46.472,96	46.472,96
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2012	301	141.569,90	141.569,90	141.569,90
TOTAL			3.432.251,78	3.432.251,78	3.432.251,78

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Ibirama	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	167	03/02/2012	ASSETEC ASSESSORIA LTDA	6.340,00	6.340,00	6.340,00	PROVENIENTE DE SEUS SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PRESTADOS À SECRETARIA MUN DE SAÚDE NA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO S.U.S NESTE MUNICÍPIO.
Fundo Municipal de Saúde de Ibirama	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	337	29/02/2012	ASSETEC ASSESSORIA LTDA	57.200,00	57.200,00	57.200,00	PROVENIENTE DE SEUS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA TÉCNICA, DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BUROCRÁTICAS DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO À DEZEMBRO DE 2.012, CONFORME ORDEM EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Ibirama	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	886	10/05/2012	OLBEN CORRETORA DE SEGUROS E DESPACHANTE LTDA.	80,00	80,00	80,00	PROVENIENTE DE SEUS SERVIÇOS DE DESPACHANTE PRESTADOS PARA LICENCIAMENTO ANUAL DOS VEÍCULOS PLACAS MEF-2463, MFB-1353, MEI-1153, E MFT-4042 DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE.
Fundo Municipal de Saúde de Ibirama	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	121	31/01/2012	PAOLA PITOL DA SILVA	313,01	313,01	313,01	PROVENIENTE DE NOSSO PAGAMENTO DE BOLSA ESCOLA ESTÁGIO A MESMA, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO, REF. JANEIRO/2012.
Fundo Municipal de Saúde de Ibirama	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	665	05/04/2012	MAXIAMBIENTAL TREINAMENTOS LTDA	600,00	600,00	600,00	PROVENIENTE DE NOSSO PAGAMENTO DE CURSO SOBRE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL P/ FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.
Fundo	02 - Receitas de	301	808	30/04/2012	PAOLA PITOL DA SILVA	400,00	400,00	400,00	PROVENIENTE DE NOSSO PAGAMENTO DE BOLSA ESCOLA



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Ibirama	Impostos e Transf de impostos: Saúde								ESTÁGIO A MESMA (MANUT. SERV. SAÚDE), CONFORME TERMO DE COMPROMISSO, REF. ABRIL/2012.
Fundo Municipal de Saúde de Ibirama	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1344	11/07/2012	OLBEN CORRETORA DE SEGUROS E DESPACHANTE LTDA.	40,00	40,00	40,00	PROVENIENTE DE SEUS SERVIÇOS DE DESPACHANTE PRESTADOS PARA LICENCIAMENTO ANUAL DOS VEÍCULOS PLACAS MCS-8885, MEB-2234, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.
Fundo Municipal de Saúde de Ibirama	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2418	20/12/2012	OLBEN CORRETORA DE SEGUROS E DESPACHANTE LTDA.	20,00	20,00	20,00	PROVENIENTE DE SEUS SERVIÇOS DE DESPACHANTE PRESTADOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO PLACA MJH-8119 FROTA 150.
TOTAL						64.993,01	64.993,01	64.993,01	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2012	365	665.663,65	3.150,00	3.150,00
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2012	365	90.602,00	90.602,00	90.602,00
TOTAIS			756.265,65	93.752,00	93.752,00

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	48	02/01/2012	SUPERMERCADO NARDELAO LTDA	16.777,86	16.777,86	16.777,86	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 160 KG BANANA, 116 KG CARNE BOVINA TIRAS PALETA, 116 KG BOVINA MOIDA, 160 KG COXA FRANGO, 5 KG MEL E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS P/ MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIS DESTE MUNICIPIO. Convite nr 105/2011.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1047	20/03/2012	SUPERMERCADO SOLAR LTDA	165.564,71	165.564,71	165.564,71	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 1846 KG DE CARNE BOVINA EM TIRAS, 2496 KG COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, 1530 KG DE BANANA, 216 KG DE LARANJA, 858 DZ DE OVOS VERMELHOS E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR NOS CEIS DA REDE MUNICIPAL DE IBIRAMA.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1048	20/03/2012	COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS RIOSUL LTDA.	21.347,99	21.347,99	21.347,99	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 962 KG TOMATE, 2080 KG DE MAMAO PAPAIA, 1848 KG ABACAXI E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR NOS CEIS DA REDE MUNICIPAL DE IBIRAMA.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1049	20/03/2012	NUTRIMENTAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 400 KG DE ACHOCOLATADO EM PO, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR NOS CEIS DA REDE MUNICIPAL DE IBIRAMA.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3524	18/10/2012	NUTRIMENTAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	2.964,50	2.964,50	2.964,50	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE ACHOCOLATADO E MINGAU, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3736	05/11/2012	COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME	7.855,69	7.855,69	7.855,69	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 49 KG DE ABOBORA, 319 KG BATATA, 489 KG MACA E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO DE CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3911	22/11/2012	COOP. ECO. AGRIC. ARTESÃO E CONS. REG. SER. SC	1.959,44	1.959,44	1.959,44	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 270 KG DE BATATA, 608 KG CEBOLA, 360 KG FEIJO, 2268 KG LARANJA E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NAS CRECHES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AGRICULTURA FAMILIAR -. (PROVINDO DA ANULACAO PARCIAL EMPENHO NR 3096/12).
Prefeitura	01 - Receitas de	365	3912	23/11/2012	NUTRIMENTAL S/A	913,50	913,50	913,50	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE ACHOCOLATADO E MINGAU,

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Municipal de Ibirama	Impostos e Transf de Impostos: Educação				INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS				DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4137	07/12/2012	SUPERMERCADO SOLAR LTDA	22.383,20	22.383,20	22.383,20	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 230 KG ACUCAR, 20 KG ALETRIA, 64 KG MACARRAO, 52 KG MARGARINA E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3425	04/10/2012	NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACEUTICA LTDA.	2.362,40	2.362,40	2.362,40	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 109 KG DE FORMULA INFANTIL DEPROTEINAS LACTEAS E SEGUIMENTO C/ FERRO, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3515	16/10/2012	NUTRIMENTAL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS	3.825,00	3.825,00	3.825,00	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 170 KG DE ACHOCOLATADO E 340 KG MINGAU, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3596	25/10/2012	NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACEUTICA LTDA.	1.260,00	1.260,00	1.260,00	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 32 L DE FORMULA INFANTIL DEPROTEINAS LACTEAS E SEGUIMENTO C/ FERRO, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3863	14/11/2012	NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACEUTICA LTDA.	7.752,80	7.752,80	7.752,80	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 96 L DE FORMULA INFANTIL DEPROTEINAS LACTEAS E SEGUIMENTO C/ FERRO, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4006	29/11/2012	COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME	8.908,51	8.908,51	8.908,51	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 186 KG ABACAXI, 183 KG BATATA, 312 KG TOMATE, 106 DZ OVOS E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4305	18/12/2012	COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME	5.274,65	5.274,65	5.274,65	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 68 KG ABACAXI, 7 KG BATATA, 277 KG TOMATE, 51 DZ OVOS E OUTROS GENEROS ALIMEN- TICIOS, DESTINADO PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO NOS CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
TOTAL						271.650,25	271.650,25	271.650,25	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2012	361	1.330.027,00	1.291.785,00	1.291.785,00
58 - Salário Educação	2012	361	772.298,05	751.413,20	751.413,20
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2012	361	90.785,48	90.785,48	90.785,48
TOTAL			2.193.110,53	2.133.983,68	2.133.983,68

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1050	20/03/2012	SUPERMERCADO SOLAR LTDA	44.533,84	44.533,84	44.533,84	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 1550 KG DE BISCOITO DOCE DE MAISENA, 360 KG FARINHA DE TRIGO, 716 KG MACARRAO E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE IBIRAMA.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2977	28/08/2012	ANDRE BAHR E OUTROS	16.000,00	16.000,00	16.000,00	PROVENIENTE DE N/ PAGAMENTO DE BOLSA ESCOLA ESTAGIO,AOS MESMOS, CONFORME TERMOS DE COMPROMISSO MES AGOSTO/2012, EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3221	19/09/2012	TERESINHA KEIL ME :: OFFICE PAPELARIA ::	39,60	39,60	39,60	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 6 PCT BALAO LISO C/ 50UN, DESTINADO PARA COMEMORACAO ALUSIVA A SEMANA DA PATRIA , CONFORME LEI MUNICIPAL NR 2.924 DE 04/09/2012
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3238	20/09/2012	DANILO SOM - DANILO DOS SANTOS ME	700,00	700,00	700,00	PROVENIENTE DO SERVICO DE SONORIZACAO NO DESFILE DE COMEMORACAO DA SEMANA DA PATRIA, CONFORME LEI MUNICIPAL 2.924 DE 04/09/2012
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1051	20/03/2012	COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS RIOSUL LTDA.	12.321,04	12.321,04	12.321,04	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 470 KG TOMATE, 3400 KG MACA, 108 KG BATATA E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE IBIRAMA.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1052	20/03/2012	NUTRIMENTAL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS	2.337,00	2.337,00	2.337,00	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 180 KG ACHOCOLATADO EM PO E 120 KG DE COMPOSTO LACTEO SABOR IOGURTE, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE IBIRAMA.
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	3208	18/09/2012	COMERCIO E CONFECCAO MAKIRAMA LTDA. - ME	30,72	30,72	30,72	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 19,2 M DE TECIDO TULE, DESTINADO PARA DECORACAO DO PALANQUE DE AUTORIDADES QDO DA REALIZACAO DO DESFILE ALUSIVO DA COMEMORACAO



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								DA SEMANA DA PATRIA NO MUNICÍPIO, CONFORME LEI MUNICIPAL NR 2.924 DE 04/10/2012
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3209	18/09/2012	CARLITO HERMANN E CIA LTDA EPP	3.285,00	3.285,00	3.285,00	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 2190 LANCHES, DESTINADOS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, QUANDO DA PARTICIPAÇÃO DO DESFILE EM COMEMORAÇÃO DA SEMANA DA PATRIA, CONFORME LEI MUNICIPAL NR 2.924 DE 04/09/2012
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3222	19/09/2012	COMERCIAL WAGNER LTDA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE 2511 UN ACHOCOLATADO 200 ML, DESTINADOS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, QUANDO DA PARTICIPAÇÃO DO DESFILE EM COMEMORAÇÃO DA SEMANA DA PATRIA, CONFORME LEI MUNICIPAL NR 2.924 DE 04/09/2012
Prefeitura Municipal de Ibirama	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4184	12/12/2012	SUPERMERCADO SOLAR LTDA	1.818,28	1.818,28	1.818,28	PROVENIENTE DO FORNECIMENTO DE MUSCULO BOVINO, SAL, VINAGRE, MACARRAO, AVEIA E OUTROS GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL.
TOTAL						83.065,48	83.065,48	83.065,48	

Cálculo detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)							DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Cumprido / Não Cumprido	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados		Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	Despesas Liquidadas em 2012					
		Aumenta	Diminui			De Exercícios anteriores até o 1º Quadrimestre	2º e 3º Quadrimestres		Não Empenhadas	Inscritas em RP Não Processados	Empenhadas e CANCELADAS			
RECURSOS VINCULADOS														
17	1.057,63	0,00	0,00	1.057,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057,63	Cumprido
18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cumprido
19	76.508,31	0,00	0,00	76.508,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.508,31	Cumprido
24	1.298.134,32	0,00	0,00	1.298.134,32	0,00	0,00	0,00	30.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.267.834,32	Cumprido
52	-24.070,45	0,00	0,00	-24.070,45	0,00	0,00	99,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-24.169,70	Não Cumprido
58	153.860,22	0,00	0,00	153.860,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.860,22	Cumprido
60	2.574,24	0,00	0,00	2.574,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.574,24	Cumprido
64	658,97	0,00	0,00	658,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	658,97	Cumprido
65	41.895,77	0,00	0,00	41.895,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.895,77	Cumprido
66	730,59	0,00	0,00	730,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	730,59	Cumprido
67	25.638,55	0,00	0,00	25.638,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.638,55	Cumprido
89	20.224,91	0,00	0,00	20.224,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.224,91	Cumprido
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA												-24.169,70		
RECURSOS ORDINÁRIOS														
0	1.106.109,82	0,00	0,00	1.106.109,82	51.187,40	0,00	4.083,73	14.256,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036.582,12	
1	-6.803,57	0,00	0,00	-6.803,57	0,00	0,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.196,43	
2	16.644,60	0,00	0,00	16.644,60	631,33	0,00	560,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.452,52	
T.	1.115.950,85	0,00	0,00	1.115.950,85	51.818,73	0,00	4.644,48	4.256,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.055.231,07	Cumprido